

**Banco Santander, S.A. e
sociedades dependentes
(Grupo Santander)**

Relatório de auditoria,
Demonstrativos Financeiros Intermediários Resumidos Consolidados e
Relatório de Gestão Intermediário Consolidado
em 30 de junho de 2018

pwc

Relatório de auditoria de demonstrativos financeiros intermediários resumidos, consolidados emitido por um auditor independente

Aos acionistas do Banco Santander, S.A.:

Relatório sobre os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados

Parecer

Auditamos os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados do **Banco Santander, S.A.** (a Sociedade dominante) e suas sociedades dependentes (o Grupo), que constituem o balanço em 30 de junho de 2018, a conta de perdas e lucros, o demonstrativo de receitas e gastos reconhecidos, o demonstrativo total de mudanças no patrimônio líquido, o demonstrativo de fluxos de dinheiro e as notas explicativas, todos eles resumidos e consolidados, correspondentes ao período de seis meses finalizado nesta data.

Em nossa opinião, os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados anexos do Banco Santander, S.A. e sociedades dependentes do período de seis meses finalizado em 30 de junho de 2018, foram preparados, em todos os aspectos significativos, de acordo com os requerimentos estabelecidos na Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 34, Informação Financeira Intermediária, adotada pela União Europeia, conforme o previsto no artigo 12 do Decreto Real 1362/2007, para a preparação de demonstrativos financeiros intermediários resumidos.

Fundamento do parecer

Realizamos nossa auditoria segundo a normativa regulamentadora da atividade de auditoria de contas vigente na Espanha. Nossas responsabilidades e acordo com tais normas são descritas mais adiante na seção Responsabilidades do

auditor com relação à auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados de nosso Relatório.

Somos independentes do Grupo conforme os requerimentos de ética, incluídos os de independência, que são aplicáveis a nossa auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados na Espanha, conforme exigido pela normativa regulamentadora da atividade de auditoria de contas. Neste sentido, não prestamos serviços diferentes aos da auditoria de contas nem ocorreram situações ou circunstâncias que, de acordo com o estabelecido na mencionada normativa regulamentadora, tenham afetado a necessária independência de modo que tenha sido comprometida.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos fornece uma base suficiente e adequada para nossa opinião.

Questões-chave da auditoria

As questões-chave da auditoria são aquelas questões que, segundo nosso critério profissional, foram da maior significância em nossa auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados do período atual. Estas questões foram tratadas no contexto de nossa auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados em conjunto, e na formação de nossa opinião sobre estes, e não expressamos um parecer separado sobre essas questões.

PricewaterhouseCooper Auditores, S.L., Torre PwC, Pº de la Castellana 259 B, 28046 Madrid, España

Tel.: +34915684 400 / +34 902 021 111, Fax: +34 915 685 400, www.pwc.es

R. M. Madrid, folha 87.250-1, fólho 75, volume 9.267, libro 8.054, seção 3ª

Inscrita no R.O.A.C. com o número S0242 – CIF: B-79 031290

Questões-chave da auditoria	Modo no qual foram tratadas na auditoria
Imparidade do valor dos empréstimos e contas a receber	
A estimativa da imparidade do valor dos empréstimos e contas a receber por risco de crédito é uma das estimativas mais significativas e completas na preparação dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados em 30 de junho de 2018 anexos. Em 1 de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma contábil NIIF 9 cuja alteração principal supõe que os modelos de cálculo de imparidade passem a considerar a perda esperada em vez da perda incorrida. O funcionamento destes modelos implica um critério minucioso para a determinação das perdas esperadas por imparidade, considerando elementos tais como: • A classificação das diferentes carteiras de crédito em função de seu risco e tipologia de ativo. • A identificação e classificação por fases ("<i>staging</i>") dos ativos com	Nosso trabalho sobre a estimativa da imparidade do valor dos empréstimos e contas a receber por risco de crédito foi centrado na análise, avaliação e verificação do controle interno, bem como na realização de testes de detalhes tanto sobre as provisões estimadas coletivamente quanto sobre as estimativas individualmente, bem como os impactos pela primeira aplicação da norma. Quanto ao controle interno, nos enfocamos em testes de controles sobre os seguintes aspectos: • Metodologias de cálculo, recalibrações e processos de testes retrospectivos e de acompanhamento dos modelos (<i>backtesting</i>) completados pela Direção. • Cumprimento normativo e do funcionamento dos modelos internos aprovados pela Direção. • Confiabilidade das fontes de dados

imparidade ou ativos com aumento significativo do risco. • O uso de conceitos como cenários macroeconômicos, vida esperada da operação, pré-pagos, etc. • Construção de parâmetros para estes modelos tais como a probabilidade de inadimplência (<i>PD – Probabilities of default</i>) e a perda por imparidade (<i>LGD – Loss Given Default</i>). O negócio do Grupo é centralizado principalmente em produtos de bancos comerciais, concentrando-se em dez mercados principais (Argentina, Brasil, Chile, Espanha, Estados Unidos, México, Polônia, Portugal e Reino Unido e no negócio de financiamento para o consumo na Europa).	utilizados nos cálculos e na adequação dos modelos considerando as circunstâncias. • Avaliação periódica de riscos e políticas de acompanhamento utilizadas pelo Grupo. • Processo de revisão periódica dos aprovados para a determinação de sua classificação e avaliação. Além disso, realizamos testes de detalhes consistentes em: • Comprovações para os modelos principais com relação a: i) métodos de cálculo e segmentação; ii) metodologia de estimativa dos parâmetros de perda esperada, iii) informação histórica e prospectiva utilizada, iv) critérios de classificação dos parâmetros por fases (<i>staging</i>).
---	--

Questões-chave da auditoria	Modo no qual foram tratadas na auditoria
Neste contexto, o Grupo desenvolve um marco geral para seus modelos de riscos, embora em cada geografia e negócio sejam consideradas as especificações de cada um dos mercados. Estes modelos internos lhe permitem fazer estimativa tanto das	• Refazer os cálculos por imparidade incluindo a informação relacionada a cenários e suas aceitações. • Obtenção de uma amostra de expedientes individualizados para avaliar sua adequada classificação e

provisões coletivas quanto das provisões para riscos estimadas de maneira individualizada. Ver Nota 1 e 5 dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados em 30 de junho de 2018 anexos.	registro, seus modelos de desconto de fluxos e, se for o caso, da correspondente imparidade. Nos testes descritos anteriormente não foram identificadas diferenças, fora de uma taxa razoável.
Valorização dos fundos de comércio	
O Grupo realiza estimativas anualmente do valor recuperável de cada Unidade Geradora de Efetivo (UGE) que tenha designado fundo de comércio para o qual utiliza cotações, se estiverem disponíveis, referências de mercado (múltiplos), estimativas internas ou valorizações feitas por especialistas independentes. Com relação aos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados, os administradores do Grupo avaliam, desde o fechamento anual anterior, a existência de algum indício que possa ser considerado, se for o caso, como evidência de imparidade da UGE. Por sua relevância para o Grupo Santander, a Direção outorga especial acompanhamento aos fundos de comércio procedentes das geografias do Reino Unido, Brasil e Estados	Documentamos, com a colaboração de nossos especialistas em avaliações, nosso entendimento e nossa revisão do processo de estimativa realizado pela Direção, bem como do ambiente de controle interno, focando nossos procedimentos nos processos e controles de avaliação de indícios de imparidade dos fundos de comércio efetuados pelo Grupo, incluindo a supervisão do processo e as aprovações implícitas do mesmo. Por outro lado, realizamos testes para contrastar a avaliação de indícios de imparidade, considerando a prática de mercado e os aspectos específicos do setor bancário. Esta avaliação incluiu a análise do acompanhamento orçamentário das principais UGEs, a comprovação das hipóteses, como as bases de crescimento e as taxas de desconto e o impacto das variações identificadas nos orçamentos e nas

Unidos. Ver Nota 1 e 8 dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados anexos.	taxas que serviram de base para a Direção do Grupo para concluir sobre os possíveis indícios de imparidade. Como resultado dos procedimentos anteriores, consideramos que as conclusões da Direção sobre a inexistência de indícios de imparidade nos fundos de comércio contam com um suporte adequado nos contextos das circunstâncias nas quais são elaborados estes demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados.
---	---

<i>Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos</i>	
A avaliação da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos é um exercício complexo e que requer um elevado grau de critério e estimativa, com especial relevância para o Grupo em diversas geografias como a Espanha, Brasil e México. No âmbito de um modelo de recuperabilidade definido pelo Grupo, a Direção de cada unidade de negócio considera anualmente as hipóteses que suportam os planos de negócio projetados em um horizonte temporário estabelecido neste modelo. Neste processo, existem considerações específicas e complexas que a Direção leva em conta para avaliar tanto o	Documentamos, com a colaboração de nossos fiscais, nosso entendimento do processo de estimativa realizado pela Direção. A respeito do controle interno, nos concentramos em revisar os processos ligados com os critérios de cálculo dos ativos fiscais diferidos. Além disso, realizamos os seguintes testes de detalhamento: • Avaliar que suposições consideradas pelo Grupo em suas estimativas para o cálculo das diferenças temporárias dedutíveis, são completas e adequadas. • Analisar a informação base utilizada pela Direção para sua estimativa e

reconhecimento quanto a posterior capacidade de recuperação dos ativos fiscais diferidos registrados. Com relação aos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados, os administradores da Sociedade dominante avaliam, a partir do encerramento do ano anterior, a existência, se for o caso, de algum indício que possa ser considerado para a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos. As considerações mais relevantes que o Grupo realiza tem como objetivo, entre outras, garantir que as normas fiscais de cada país sejam aplicadas corretamente e que sejam registradas as diferenças temporárias que cumprem com a condição de ser dedutíveis. Ver Nota 1 dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados anexos.	acompanhamento da posterior recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos, incluindo: • Obtenção da evolução das projeções de benefícios realizadas pelo Grupo, avaliando as hipóteses utilizadas, incluindo os detalhes das previsões econômicas e os indicadores utilizados para a análise (inflação, tipos de juros, etc.); • Obtenção da informação de gestão necessária que suporta a evolução do plano de negócio para sua comparação (orçamentos, previsões econômicas futuras, estimativas de produtos financeiros a contratar, etc.); • Análises da estratégia fiscal planejada pelo Grupo para a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos. Obtivemos evidência suficiente de auditoria ao longo de nossos procedimentos para confirmar as estimativas realizadas pelo Grupo sobre a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos.
<i>Provisões por litígios fiscais, legais e trabalhistas</i>	
O Grupo encontra-se imerso em procedimentos, tanto administrativos quanto judiciais, de natureza fiscal, jurídica e trabalhista, principalmente, resultantes do andamento normal de sua atividade. Desta forma, existem	Documentamos nosso entendimento e nossa avaliação do processo de estimativa realizado pela Direção. Quanto ao controle interno, nos concentramos em testes de controles sobre os seguintes aspectos:

outras situações ainda não sujeitas a nenhum processo judicial que, entretanto, precisaram do registro de provisões como os aspectos de conduta com clientes e de compensação dos mesmos. Geralmente, estes procedimentos são finalizados após um longo período de tempo, resultando em processos complexos de acordo com a legislação vigente nas diferentes jurisdições nas quais o Grupo opera. A Direção do Grupo decide quando registrar uma provisão por estes conceitos baseando-se em uma estimativa realizada aplicando procedimentos de cálculo prudentes e consistentes com as condições de incertezas inerentes às obrigações que cobrem. Dentro destas provisões, se destacam por sua significação as correspondentes a processos de natureza fiscal e trabalhista no Brasil, bem como aquelas destinadas à compensação a clientes pela comercialização de determinados produtos na Espanha e Reino Unido, baseando-se nas estimativas sobre o número de reclamações que serão recebidos e, delas, o número das que serão admitidas, bem como o pagamento médio estimado por caso. Ver Notas 1 e 10 dos demonstrativos	• Atualização das bases de dados que recolhem os litígios em andamento. • Avaliação da correção das provisões constituídas por procedimentos regulamentares, jurídicos ou fiscais e sua contabilização. • Conciliação entre as atas de conformidade e, se for o caso, não conformidade das Inspeções com os valores demonstrados em contabilidade. Além disso, realizamos testes em detalhes consistentes em: • Compressão das políticas de qualificação dos litígios e demandas bem como a designação de provisão. • Acompanhamento de inspeções fiscais abertas. • Análises da razoabilidade da estimativa do resultado esperado dos procedimentos fiscais mais significativos. • Avaliação das possíveis contingências com relação ao cumprimento das obrigações tributárias para todos os períodos abertos a inspeção. • Obtenção de cartas de confirmação de advogados e assessores fiscais externos que trabalham com o Grupo para contrastar sua avaliação do resultado esperado dos litígios, o total da informação, o correto registro da provisão bem como a identificação de potenciais passivos omitidos.
--	--

financeiros intermediários resumidos consolidados anexos.	• Obtenção da análise interna realizada pelo especialista do Grupo sobre os litígios em andamento e potenciais. • Exame das comunicações com os reguladores, analisar as inspeções regulamentares em andamento e avaliar as repercussões de qualquer fato de caráter normativo na auditoria. • Análise do registro, razoabilidade e movimento de provisões contábeis. Na realização de nossos procedimentos não foram identificadas diferenças, fora de uma margem razoável, nos testes descritos anteriormente.
Sistemas de informação	
A informação financeira do Grupo tem uma grande dependência dos sistemas de tecnologia da informação (TI) nas geografias onde opera, sendo que um adequado controle sobre os mesmos é imprescindível para garantir o correto processamento da informação. Neste contexto, torna-se crítico avaliar aspectos como a organização da Área de Tecnologia e Operações do Grupo, os controles sobre a manutenção e o desenvolvimento dos aplicativos, a segurança física e lógica e a exploração dos sistemas. Quanto a isso, a Direção está executando um plano de eficiência e de transformação de sistemas incluindo aspectos tais como a	Com a colaboração de nossos especialistas em sistemas de TI, nosso trabalho constituiu na avaliação e comprovação do controle interno relacionado aos sistemas e aplicações que suportam a atividade principal do negócio com impacto na informação financeira do Grupo. Para isso foram realizados procedimentos de revisão de controle interno e testes substanciais relacionadas a: • Funcionamento do quadro de governo de TI. • Controle de acesso e segurança lógica sobre os aplicativos, sistemas operacionais e bases de dados que suportam a informação relevante

resolução das deficiências de controle de acesso identificadas em anos anteriores ou a relação da estrutura de Governo com as entidades do Grupo que gerenciam os processos de TI do Grupo.	financeira. • Gestão de mudança e desenvolvimentos de aplicativos. • Manutenções das operações informáticas. Além disso, considerando o plano de eficiência e resolução do Grupo, nosso enfoque e plano de auditoria foram centrados nos seguintes aspectos: • O plano de resolução e os novos controles implantados pelo Grupo no exercício 2018. • Aumento das amostras sobre os controles atenuantes identificados pela Direção. Os resultados de nossos procedimentos anteriores concluíram de forma satisfatória e não manifestaram nenhuma observação crucial sobre esta questão.
--	--

Parágrafo de ênfase

Chamamos a atenção sobre a Nota 1.b anexa, que descreve que os mencionados demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados não incluem toda a informação necessária para alguns demonstrativos financeiros consolidados completos preparados de acordo com as Normas Internacionais de Informação Financeira adotada pela União Europeia, sendo que os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados anexos deverão ser lidos junto com as contas anuais consolidadas do Grupo correspondentes ao exercício finalizado em 31 de dezembro de 2017. Nossa opinião foi modificada com relação a esta questão.

Outra informação: Relatório de gestão intermediário consolidado

A outra informação abrange exclusivamente o relatório de gestão intermediário consolidado correspondente ao período de seis meses finalizado em 30 de junho de 2018, cuja formulação é responsabilidade dos administradores da Sociedade dominante e não faz parte integrante dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados.

Nosso parecer de auditoria sobre os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados não cobre o relatório de gestão intermediário consolidado. Nossa responsabilidade sobre o relatório de gestão intermediário consolidado, conforme exigido pela normativa reguladora da atividade de auditoria de contas, consiste em avaliar e informar sobre a concordância do relatório de gestão intermediário consolidado com os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados a partir do conhecimento do Grupo obtido na realização da auditoria dos mencionados demonstrativos e sem incluir informação distinta da obtida como evidência da mesma. Desta forma, nossa responsabilidade consiste em avaliar e informar se o conteúdo e apresentação do relatório de gestão intermediário consolidado estão de acordo com a normativa que resulta de aplicação. Com base no trabalho que realizamos, se concluirmos que existem incorreções materiais, seremos obrigados a informar sobre isso.

Com base no trabalho realizado, conforme descrito no parágrafo anterior, a informação que contém o relatório de gestão intermediário consolidado concorda com a dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados do período de seis meses finalizado em 30 de junho de 2018 e seu conteúdo e apresentação estão conforme à normativa resultante da aplicação.

Responsabilidade dos administradores e da Comissão de auditoria com relação aos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados

Os administradores da Sociedade dominante são responsáveis pela elaboração dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados anexos de acordo com os requerimentos estabelecidos na Norma Internacional de Contabilidade (NIC) 34, Informação Financeira Intermediária, adotada pela

União Europeia, para a preparação de informação financeira intermediária resumida, conforme previsto no artigo 12 do Real Decreto 1362/2007, e do controle interno que considerarem necessário para permitir a preparação dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados livres de incorreções materiais, devido à fraude ou erro.

Na preparação dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados, os administradores da Sociedade dominante são responsáveis pela avaliação da capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento, revelando, conforme corresponder, as questões relacionadas com a empresa em funcionamento e utilizando o princípio contábil da empresa em funcionamento exceto se os mencionados administradores têm intenção de liquidar o Grupo ou de encerrar suas operações, ou caso não exista outra alternativa real.

A comissão de auditoria da Sociedade dominante é responsável pela supervisão do processo de elaboração e apresentação dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados.

Responsabilidades do auditor com relação à auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados

Nossos objetivos são obter uma segurança razoável de que os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados em conjunto estão livres de incorreção material, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que contenha nosso parecer.

Segurança razoável é um alto grau de segurança, mas não garante que uma auditoria realizada conforme a normativa reguladora da atividade de auditoria de contas vigente na Espanha sempre detecte uma incorreção material quando existir. As incorreções podem ser devido a fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou de forma agregada, pode prever-se razoavelmente que influenciem nas decisões econômicas que os usuários tomam baseando-se nos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados.

Como parte de uma auditoria de conformidade com a normativa reguladora da atividade de auditoria de contas vigentes na Europa, aplicamos nosso critério profissional e mantemos uma atitude de ceticismo profissional durante toda a auditoria. E também:

- identificamos e avaliamos os riscos de incorreção material nos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados, devido à fraude ou erro, projetamos e aplicamos procedimentos de auditoria para responder a estes riscos e obtemos evidência de auditoria suficiente e adequada para proporcionar uma base para nosso parecer. O risco de não detectar uma incorreção material devido à fraude é mais elevado que no caso de uma incorreção material devido a erro, já que a fraude pode implicar colusão, falsificação, omissões deliberadas, manifestações intencionalmente errôneas, ou a esquiva do controle interno.
- Obtemos conhecimento do controle interno relevante para a auditoria com o objetivo de elaborar procedimentos de auditoria que sejam adequados em função das circunstâncias, e não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno do Grupo.
- Avaliamos se as políticas contábeis aplicadas são adequadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e a correspondente informação revelada pelos administradores da Sociedade dominante.
- Concluimos sobre se é adequada a utilização, pelos administradores da Sociedade dominante, do princípio contábil de empresa em funcionamento e, baseando-nos na evidência de auditoria obtida, concluimos sobre se existe ou não uma incerteza material relacionada com fatos ou com condições que podem gerar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para continuar como empresa em funcionamento. Se concluirmos que existe uma incerteza material, será necessário que chamemos a atenção em nosso relatório de auditoria sobre a correspondente informação revelada nos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados ou, se estas revelações não forem adequadas, que expressemos um parecer modificado. Nossas conclusões são baseadas na evidência de auditoria obtida até a data de nosso relatório de

auditoria. Entretanto, os fatos ou condições futuras podem ser a causa de que o Grupo deixe de ser uma empresa em funcionamento.

- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados, incluindo a informação revelada.

- Obtemos evidência suficiente e adequada relacionada com a informação financeira das entidades ou atividades empresariais dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre os demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados. Somos responsáveis pela direção, supervisão e realização da auditoria do Grupo. Somos os únicos responsáveis por nosso parecer de auditoria.

Nós nos comunicamos com a Comissão de auditoria da Sociedade dominante com relação a, entre outras questões, o alcance e o momento de realização da auditoria planejada e os fatos significativos da auditoria, bem como qualquer deficiência significativa do controle interno que identificamos no decorrer da auditoria.

Também fornecemos à Comissão de auditoria da Sociedade dominante uma declaração de que cumprimos os requerimentos de ética aplicáveis, incluídos os de independência, e nos comunicamos com a mesma para informar sobre aquelas questões que razoavelmente possam supor uma ameaça para nossa independência e, se for o caso, as correspondentes salvaguardas.

Entre as questões que foram objeto de comunicação à Comissão de auditoria da Sociedade dominante, determinamos as que foram da maior significância na auditoria dos demonstrativos financeiros intermediários resumidos consolidados do período atual e que são, conseqüentemente, as questões cruciais da auditoria.

Descrevemos essas questões em nosso relatório de auditoria salvo que as disposições legais ou regulamentares proibam revelar publicamente a questão.

Relatório sobre outros requerimentos jurídicos e regulamentares

Período de contratação

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas celebrada em 18 de março de 2016 nos nomeou como auditores do Grupo por um período de três anos, contados a partir do exercício finalizado em 31 de dezembro de 2016.

Serviços prestados

A PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. prestou ao Grupo, serviços diferentes da auditoria, entre os quais se destacam a emissão de “*comfort letters*”, serviços de seguro, outras revisões normativas requeridas ao auditor, com relação a aspectos como, a título de exemplo, titulações, bem como serviços sobre cumprimento regulamentar e consultoria.

PricewaterhouseCoopers Auditores, S.L. (S0242)

Alejandro Esnal (19930)

27 de julho de 2018

AUDITORES

Instituto de censores juramentados de Contas da Espanha

PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES, S.L.

2018 Número 01/18/16615

SELO CORPORATIVO: **96,00EUR**

Relatório de auditoria de contas sujeito à normativa de auditoria de contas espanhola ou internacional.